



Considerações acerca da *morale par provision* no *Discurso do Método* de Descartes

Cicero Laclécio Rodrigues da Fonseca¹

Resumo: O presente artigo analisa a moral cartesiana e sua relação com o método proposto por ele como procedimento de busca da verdade. Para tanto, propõe uma leitura do conceito de *morale par provision* e seu significado no *Discurso sobre o Método* de Descartes. A terceira parte do *Discurso*, na qual é apresentada a *morale par provision*, tem sido tema de um debate que ganha cada vez mais força e sobre a qual, depois de analisar alguns comentadores, devemos expor nossas considerações. Qual teria sido a intenção de Descartes em acrescentar o *par provision* após decidir escrever sobre sua moral no *Discurso*? A essa altura discute-se se esse termo teria o sentido de provisório/temporário, opinião muito aceita entre os “cartesianos” dedicados ao tema; ou, se teria o sentido de provedor/mantenedor, opinião da qual partilhamos e que oferecemos, além de uma fundamentação sustentada em importantes comentadores, nossa interpretação acerca do tema.

Palavras-chave: Descartes; método; moral; *Par Provision*.

Abstract: The present article analyzes Cartesian morality and its relationship with the method proposed by the same philosopher as a truth-seeking procedure. Therefore, it proposes a reading of the concept of *morale par provision* and its meaning in the *Discourse on the Method* of Descartes. The third part of the *Discourse*, where the *morale par provision* is presented, has been the subject of a debate that gains more and more strength and upon which, after analyzing some commentators, we should expose our considerations. What was Descartes' intention in adding the *par provision* after deciding to write about his moral in the *Discourse*? At this point it is discussed whether this term would have the sense of provisional/temporary, widely accepted opinion among the “Cartesians” dedicated to the subject; or, if it had the sense of provider/maintainer, opinion of which we share and that we offer, besides a reasoning sustained by important commentators, our interpretation about the subject.

Key-words: Descartes; method; moral; *par Provision*.

Introdução

Os escritos morais de Descartes apresentam sempre uma estrutura nada ortodoxa em relação aos tratados conhecidos em sua época, ou àqueles que fazem parte da história da filosofia. Seus escritos acerca da moral são, geralmente, pontuais e até mesmo difíceis de se alocarem no conjunto da obra. Se o considerarmos como um filósofo que pretendeu constituir um corpo orgânico no conjunto de sua obra, o que nos levaria inevitavelmente a tratá-la como sistemática, encontramos dificuldades em situar a moral nesse “sistema”.

¹ Doutorando em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professor da Universidade Regional do Cariri (URCA-CE).

Guenancia analisa a moral de Descartes sem considerá-la integrada ao conjunto do seu sistema. Contudo, não atribui isso a uma lacuna na sua filosofia, pelo contrário, para ele, essa é a grande e profunda originalidade e riqueza da moral cartesiana que contrasta, “logo de início, com a maioria das morais filosóficas, que parecem ser concebidas *apenas* para completar um sistema e perfazê-lo numa visão de mundo” (Guenancia, 1991, p.112, grifo meu).

Para Guenancia, as regras morais do *Discurso*² são menos preocupações filosóficas, do que uma “preocupação de estar quite com as autoridades temporais e espirituais” da sua época (Guenancia, 1991, p. 111).

Desse modo, a interpretação de Guenancia parece sugerir que as regras morais da terceira parte do *Discurso* podem ser compreendidas como uma tentativa do autor de assegurar sua tranquilidade, admitindo que não pretende fazer qualquer tipo de prescrição moral, mas apenas falar da sua conduta particular. Opinião da qual não partilhamos, pois, se o método tem relação com a *morale par provision*, não há motivos para simplificá-la a um mero conjunto de opiniões particulares adaptadas a um conformismo social.

Mais adiante mostraremos que a *morale par provision* assume um sentido mais firme do que essa mera preocupação de estar quite com a sociedade, da qual Guenancia fala, e que a ideia de moral em Descartes permanece fundada firmemente sobre os conceitos de prudência, virtude e generosidade, garantindo, desde sempre, um firme estatuto a ela.

Não obstante, *O Tratado das Paixões da Alma*³ (1649), última obra de Descartes, considerado como o tratado da moral cartesiana, possui uma estrutura pouco comum para uma obra sobre moral.

Trazendo considerações relativas à natureza do *Homem* e de como ele é afetado pelas paixões, o *Tratado* funda-se a partir dos princípios expostos nas *Correspondências* de Descartes com Elizabeth, Rainha Cristina e Chanut e na teoria cartesiana das substâncias expostas nas *Meditações* e *Objções*. Tanto que, nas palavras de Lívio Teixeira, embora seja o mais elaborado, o *Tratado* não é o escrito cartesiano mais importante sobre a moralidade, uma vez que ele apenas aplica o que se encontra nos escritos anteriores (Teixeira, 1990, p. 151), sobretudo nos que acima mencionamos.

Ainda segundo as palavras de Teixeira, o *Tratado* apresenta a distinção entre substância pensante e substância extensa, porém seu objetivo é propriamente mostrar a concepção da união dessas mesmas substâncias (ibid., p.151), que é, via de regra, o terreno de análise da moralidade como exposta no *Tratado das Paixões*.

Também por analisar o homem como um complexo substancial corpo-alma, o que imprime inevitavelmente uma compreensão confusa por natureza, do que é o homem, é que podemos dizer que o *Tratado* consiste numa espécie de tratado da natureza humana, *à la* Descartes, uma vez que buscou desenvolver um estudo do homem como uma totalidade inseparável, composta entre pensamento e matéria, ou, nos termos de Descartes, *alma e corpo*.

O estudo de cada uma dessas substâncias em separado poderia se dar pela metafísica e pela física mecanicista, respectivamente, e isso Descartes o fez. No entanto, quando unidas, tais substâncias impossibilitariam a sua compreensão a partir de uma ou de outra dessas ciências, haja vista que dessa união surgem as paixões, que não se adequam completamente à capacidade da

2 As citações da obra de Descartes serão feitas a partir da edição standard das obras de Descartes (1996a). A citação se dará da seguinte forma: primeiro as iniciais dos autores, depois, número do volume, seguido da página. Exemplo: A.T. VI, p. 17. Quando a referência for ao prefácio de uma das obras, então ficará, por exemplo, assim: A.T. XI, *Principes*, prefácio. Quando não houver indicação de quem é a tradução, que fique subentendido que a tradução é nossa.

3 Doravante *Tratado*.

compreensão humana, havendo assim a necessidade de buscar o resultado desse composto a partir do estudo da moral, ciência responsável pela investigação da relação alma-corpo, para Descartes.

Eis porque, para perfeita realização do seu papel, a moral deve constar como o último grau da sabedoria; quando de posse do conhecimento da alma em separada - que pode ser obtido pelo estudo da metafísica - bem como do corpo em separado - pelo conhecimento ofertado pela física - é que se chega àquela, como é dito na carta prefácio aos *Princípios* (A.T. XI, *Principes*, preface).

Os textos relacionados à moralidade, deixados por Descartes, merecem destaque pela inovação de sua proposta. A forma como ele diz “pretender explicar o tema das paixões não como um orador ou um filósofo moralista, mas como um *Physicien*” (A.T. XI, p. 326), que no século XVII significava tanto médico quanto físico⁴, torna-o diferente de qualquer moralista de seu tempo. A dependência que ele propõe entre elementos da moral, da medicina e da mecânica para com a física (A.T. XI, *Principes*, preface, p. 10), faz alguns importantes comentadores sugerirem que sua intenção é tratar problemas relacionados à saúde a partir do controle de algumas paixões.

Essa ideia está presente em Dreyfus-Le Foyer, para quem o *Tratado das Paixões* “era a pedra fundamental da moral cartesiana, e necessitava não apenas dos conhecimentos fisiológicos, mas também dos conhecimentos patológicos” (Dreyfus-Le Foyer, 1937, p. 258). A interpretação de Dreyfus-Le Foyer é radical, no sentido de que ele apresenta o *Tratado* como uma obra de aplicação da medicina à moral, como interpreta Teixeira (Teixeira, 1990, p. 153).

Gilson, por sua vez, também superestima o *Tratado* nesse sentido, afirmando que Descartes pretende deduzir dos seus conhecimentos sobre medicina um “*remédio geral para as paixões*” (Gilson, 1987, p. 447),⁵ sugerindo que ele pretende que sua moral seja, de certa forma, uma derivação da física, haja vista relacionar tão proximamente a moral com a medicina, que naquela época consistia essencialmente numa Anatomia e Fisiologia.

A interpretação de Teixeira sobre essa relação entre medicina e moral no *Tratado* de Descartes é mais moderada. Para ele:

Não se trata em parte alguma do *Tratado* de curar o corpo em benefício da alma, mas trata-se de saber de que modo, pelo conhecimento da união que há entre alma e corpo, se podem governar as paixões da alma que têm a sua origem no corpo. No *Tratado* não há patologia nem terapêutica: há tão-somente a interação normal que produz paixões, todas elas úteis ao equilíbrio do homem, fenômenos naturais no complexo humano de corpo e alma (Teixeira, 1990, p. 153).

Mais à frente continua Teixeira:

O que de fato se encontra, em conjunto com os textos que nos apresentam o conhecimento que é possível do complexo corpo-alma, é uma série de textos em que ele fala da ação da alma ou da vontade no sentido de reger as paixões e com isso contribuir para o bem-estar do corpo. Se há, pois, no *Tratado* alguma medicina preventiva ou alguma terapêutica é uma psicoterapia, isto é, uma busca do bem-estar do corpo e mesmo a cura de alguns males do corpo pela ação da alma (ibid., p. 154).

Dessa forma, a interpretação de Teixeira converge para afirmar que, pelo dito no texto, não ocorre poder sustentar que se tornariam mais sábios moralmente homens que buscassem pela medicina qualquer remédio ou mesmo cura para as paixões. É isso se dá por dois motivos que o

4 Conforme *Nouveau Dictionnaire Français-Latin*. Par Henri Goelzer (1907, p. 1395).

5 Um *remédio Geral para as paixões* é também o título do artigo 212 do *Tratado*, no qual Descartes diz ser esse remédio nada mais que um regramento acerca do uso dessas paixões, ou da influência que as permitimos exercerem sobre nós.

próprio Descartes esclarece. Primeiramente, porque paixões não são sinônimos de doenças, na verdade elas são elementares e fazem parte da própria estrutura do homem, então o fato de que o homem está sujeito a sofrer influências das paixões não implica qualquer fraqueza. Segundo, são exatamente o equilíbrio e o domínio das paixões a função da moral. Por isso, chamamos de virtuoso aquele que estabelece sua vontade no sentido de reger as paixões e dotar o corpo de satisfação, ou bem-estar.

Dentre os textos que trazem algum teor moral, o *Discurso sobre o Método*, embora tenha uma parte inteira dedicada claramente ao tema, uma vez que estabelece um código moral que permite a Descartes avançar em suas pesquisas, tem pouca relevância nos estudos desenvolvidos sobre a sua moralidade, haja vista que uma parte considerável de pesquisadores atribui a essa obra o lançamento de um pequeno conjunto de regras que não podem ser tomadas como elementos importantes para analisar a moral como tema de interesse de Descartes. Sobretudo porque o próprio autor afirma desenvolver no *Discurso* apenas uma “*morale par provision* que consiste apenas em três ou quatro máximas” (A.T. VI, p. 22).

Quando referenciada, a *morale par provision* é tratada como um momento no qual Descartes apresenta um conjunto de preceitos morais simples que devem guiar suas ações sem oferecer nada de mais expressivo. Os motivos para esse preterimento podem ser evidenciados por um conjunto de elementos, sobretudo, pelo fato de que, aparentemente, as máximas morais não apresentam qualquer relação com o restante da obra de Descartes. E, principalmente, não podem assumir um estatuto mais duradouro, pois, além de serem apresentadas como *provisórias*, como alguns traduzem, não parecem ter qualquer relação com o método, elemento fundamental de toda a produção filosófica e científica de Descartes.

É sobre esse ponto que nos deteremos agora para mostrar que a *morale par provision* tem um significado maior do que comumente se atribui a ela.

Pode a *morale par provision* ser retirada do método?

As máximas morais estabelecidas na terceira parte do *Discurso*, chamadas por Descartes de *morale par provision*, são imediatamente antecedidas pela sentença *Je forme me une* (A.T. VI, p. 22),⁶ o que pode sugerir como é a interpretação mais usual, uma manifesta intenção de resguardar seu pensamento, acerca da conduta humana, ao foro privado.

Portanto, parece que Descartes não tinha intenção de propor um tratado de moral. Tal assertiva poderia ter grande validade e encerraria boa parte do debate acerca do tema, não fosse haver uma contradição entre: (i) querer criar um método universal (*mathesis universalis*) que ensine a cada um o melhor a fazer em qualquer situação dessa vida; (ii) dizer que tirou uma moral desse método (A.T. *Discours*, preface, p. 1); e, ao mesmo tempo, (iii) dizer que criou uma moral particular e não pretende dar ensinamentos morais, uma vez que apenas aos nobres essa tarefa é cabida (A.T. V, p. 86-7). Ora, se o método se pretende universal e se foi retirado dele um conjunto de máximas morais, por que então, essa moral, que resultou dele, deve ser restrita ao uso privado?

Ainda a esse respeito é interessante notar que Descartes começa a terceira parte do *Discurso* da seguinte maneira:

Por fim, como (Et enfin, comme... no original) antes de começar a reconstruir a casa onde moramos, não basta demoli-la, prover-nos de matérias e de arquitetos, ou nós mesmo exercermos a arquitetura, e além disso ter-lhe traçado cuidadosamente a planta, *mas também é preciso providenciar uma outra, onde nos possamos alojar comodamente enquanto durarem os trabalhos*; assim, a fim de não

6 “formei para mim uma...”.

permanecer irresoluto em minhas ações, enquanto a razão me obrigasse a sê-lo em meus juízos, e de não deixar de viver desde então do modo mais feliz que pudesse, *formei para mim uma moral por provisão* que consistia em apenas três ou quatro máximas que gostaria de vos expor (A.T. VI, p. 22, grifo meu).

Talvez caiba aqui analisar a ocorrência da conjunção conclusiva *por fim* seguida da conjunção comparativa *como* no início da terceira parte. Claro que inevitavelmente o texto deveria seguir uma linha de raciocínio objetiva, entretanto o uso dessas duas conjunções, uma após outra, pode ser mais que uma simples conexão textual.

De um lado, o uso de *por fim* (conjunção conclusiva) pode sugerir que Descartes pretendeu manter uma relação direta entre a segunda e a terceira parte do *Discurso*, ou, do método e da moral (para ser mais exato), tal qual ele faz no parágrafo prefácio da obra, em que afirma que extraiu algumas regras morais desse método, ou seja, concluiu desse método algumas regras morais provisórias (temporárias) ou de provisão (prover, fornecer).⁷

Por outro lado, o uso de *como* (conjunção comparativa), empregada logo em seguida a *por fim*, assume o propósito de estabelecer uma comparação entre um arquiteto, que precisa de um abrigo até que sua casa seja completamente reformada, e ele próprio (Descartes), afirmando que precisa estabelecer uma *morale par provision* enquanto seu método não puder assegurar ao agir a mesma certeza atribuída aos julgamentos da razão.

Nesse ínterim, a *morale par provision* deve guiar a ação, se não perfeitamente, pelo menos da melhor forma em seu alcance; e as conjunções *por fim* e *como* ressaltam os dois elementos fundamentais para esse propósito, quais sejam: uma ligação direta da exposição do método com a *morale par provision* e uma comparação elucidativa de que não há outra moral disponível no momento a não ser esta.

Então, *como* o arquiteto precisa de um abrigo temporário, Descartes precisa de um código de conduta minimamente razoável. Essa razoabilidade se configura pela exposição das *três ou quatro máximas* morais, apresentadas na terceira parte do *Discurso*, e deve - para dar consistência ao projeto vindouro - amparar a ligação com o método já exposto na segunda parte.

O objetivo maior de Descartes no *Discurso* é o de estabelecer os novos fundamentos que ele acredita haver encontrado, principalmente para a metafísica - a ciência magna. Se as verdades sobre a metafísica não forem consolidadas não será possível erguer qualquer outro conhecimento. Essa relação entre método e metafísica é tema escorregadio e os intérpretes de Descartes o observam com bastante cuidado.

Talvez a maior problemática acerca dessa relação seja a necessidade de saber como a metafísica funda o método ao mesmo tempo em que o assegura como ferramenta da descoberta da verdade, sem que isso caia num círculo vicioso. Para essa questão, Gouhier oferece a interpretação de que uma seja desenvolvida pela outra, “uma metafísica rudimentar acompanha as primeiras vias metodológicas de Descartes e seus esboços metafísicos mais antigos se justificam, a seus olhos, porque ela segue uma direção metodológica segura” (Gouhier, 1973, p. 68-9).

Entrementes, a relação método-metafísica permanece única e não há real necessidade de querer separar esses dois elementos da doutrina cartesiana. O método ganha força pela sua sustentação metafísica e esta cresce quando atua por aquele.

⁷ A questão de saber se as regras da *morale par provision* são provisórias (temporárias) ou de provisão (no sentido de fornecer, prover) será tema que tomará parte da nossa discussão em momento oportuno.

Morale par provision ou provisoire?

Suprimindo a relação complicada entre método e metafísica no *Discurso*, ainda encontramos outros elementos que merecem consideração na obra. A passagem do *Discurso* em que Descartes afirma ter tirado de seu método as regras da *morale par provision* é um breve resumo (da edição francesa) do conteúdo a ser tratado na obra. Lá, ainda não há necessidade de mostrar como foi feita essa extração, trata-se de uma mera comunicação prefacial que, naquele momento, não demanda rigor na explicação de seus pontos, era suficiente apenas informar ao leitor o conteúdo com o qual ele irá se deparar ao ler o livro.

Contudo, não fosse o acréscimo de *par provision*, a questão poderia ser resumida a saber se, de fato, as regras do método permitem que sejam retiradas delas as regras morais que Descartes pretendeu fundar. O que ainda seria uma questão de extrema relevância e passível de controvérsias. O acréscimo do adjetivo *provision* ao texto torna-o mais complexo e permite uma interpretação ambígua.

Por um lado, muitos estudiosos têm proposto que *provision* assume um sentido de temporário, significando que a pretensão manifestada por Descartes é de criar um código moral provisório e que deve ser substituído por outro mais completo tão logo o método possibilite isso. A esse grupo chamaremos de “provisorialistas”. Por outro lado, há outro conjunto de pesquisadores, alguns clássicos e outros contemporâneos, que entendem o adjetivo *provision* como assumindo um sentido de prover, fornecer, de munir Descartes de um código moral para que continue a sua empreitada, sem que haja uma real necessidade de que esse código seja substituído por outro em momento posterior. A esse grupo daremos o nome de “provisionistas”.

Dentre os que denominamos de “provisorialistas” encontramos nomes como os de Adam, Gilson, Lívio Teixeira, Gouhier. Embora as posições desses autores sejam em alguns pontos heterogêneas entre si, haja vista que defendem a mesma posição, porém com argumentos distintos, a denominação que eles atribuem à *morale par provision* é sempre de *provisória*.

O editor da coleção standard das *Oeuvres de Descartes*, Charles Adam, ressalta que o método assume a tarefa de pôr, primeiramente, “todas as coisas pouco claras em suspensão do julgamento, em dúvida”; porém, destaca também que esse procedimento, “muito útil e, sem dúvida, necessário ao início da pesquisa científica, é nocivo e mesmo impossível para a vida corrente. Lá, é preciso decidir prontamente, é necessário agir” (A.T. XII, p. 56) e cita que o próprio Descartes recorre à máxima antiga: *Primò vivere, deinde philosophari* (*primeiro viver, depois filosofar*).

Além disso, Adam entende que as regras da moral do *Discurso* “anunciam apenas o que é preferível fazer no momento, no estado atual do nosso conhecimento, e, entretanto, o melhor” (A.T. XII, p. 58) de modo a sustentar que elas assumem um papel temporário, não sendo possível tratá-las como definitivas. Novamente diz ele: “O melhor, a ciência um dia vai saber, a *moral futura, moral definitiva* desta vez, vai ser baseada na verdade científica” (A.T. XII, p. 58).

Ou seja, na interpretação de Adam, a moral cartesiana da terceira parte do *Discurso* ainda não alcança um status firme a ponto de poder considerá-la como definitiva, o que sugere naturalmente que, em sua interpretação, ela não pode ser derivada completamente do método.

Assim, o editor se enquadra perfeitamente no grupo que chamamos de “provisorialistas”, uma vez que acredita que a *morale par provision* tem um tempo de existência determinado, e esse tempo é enquanto o método não puder oferecer à moral uma verdade científica completa, tal qual pretende Descartes.

Gilson, em seu *Discours de la Méthode - Texte et Commentaire*, assume, sem qualquer entrave, a transposição linguística de *morale par provision* para *morale provisoire* e nem mesmo se detém ao problema léxico-semântico entre esses termos. Na verdade, a palavra *provisoire*, referindo-se à moral, ocorre várias vezes nas páginas em que ele trata desse tema. Por outro lado, não há sequer uma única vez em que *provision* seja utilizada no texto de Gilson. Apenas ao mencionar um *Dictionnaire universel* é que aparece o termo, contudo, trata-se de uma citação, não de uma interpretação de Gilson.

Outro fato a se notar é que, já no início do comentário ao termo “... *par provision*...”, Gilson, imediatamente, continua: “C’est-à-dire: *en attendant*; texto latino: ‘...*ad tempus*...’” (Gilson, 1987, p. 230), traduzindo o termo *par provision*, usado por Descartes, pelo termo, também francês, *en attendant*: *durante, até, enquanto*; que expressa a leitura do caráter transitório, temporal, na interpretação gilsoniana.

Para fortalecer a sua interpretação, Gilson apresenta a tradução do *Discurso* para o latim, citando a passagem do termo: *par provision*, traduzido para: *ad tempus*: *a tempo, momento, durante*, que fortalece a sua interpretação do caráter temporal do termo *par provision*.

Desse modo, a leitura que Gilson faz da *morale par provision* corrobora com a daqueles que admitem a sua transitoriedade, entretanto o seu ponto de divergência é pelo fato de que, para ele, não parece haver uma moral definitiva em Descartes, ao contrário do que pensava Adam. Na verdade, diz Gilson:

Nós não temos uma moral definitiva de Descartes, e ele mesmo nunca pareceu estar satisfeito nesse domínio [...] sobre esse ponto, assim como ao que concerne à medicina e à mecânica, a filosofia cartesiana permanece inacabada (ibid., p. 231).

Portanto, embora a leitura gilsoniana possa ser considerada “provisorialista”, tomando um sentido temporal do termo *par provision*, sua ênfase acerca desse ponto da obra de Descartes leva em conta, também, o fato de que a moral da terceira parte do *Discurso* é uma decisão necessária naquele momento, embora provisória, temporária, tendo como maior função permitir seguir a vida felizmente, respeitando o meio social no qual se encontra inserido.

Por isso, quiçá essa “moral provisória deva se reencontrar mais tarde integrada à moral definitiva” (Gilson, 1987, p. 231), coisa que, para Gilson, Descartes não fez. Dessa forma, sua leitura corrobora com a versão clássica ao admitir o status provisório da moral, ao mesmo tempo em que defende a sua construção como uma necessidade para Descartes continuar sua pesquisa, assim completa Gilson: “*morale provisoire*, nos parece, não como um expediente, nem mesmo como uma precaução facultativa, mas como uma estrita necessidade” (ibid., p. 233).

Lívio Teixeira trata da *morale par provision* sempre a chamando de provisória, entretanto, sua postura é curiosa acerca desse ponto, pois, mesmo dando à moral da terceira parte do *Discurso* o nome de provisória, ele desenvolve toda a sua argumentação para mostrar que esse código moral se preserva quase que completamente, e o considera presente na carta prefácio dos *Princípios*. Embora ainda preservando o título de moral provisória, porém, considerando-a como uma necessidade para todo aquele que quisesse se dedicar à filosofia.

Para Teixeira, a moral do *Discurso* está completamente integrada ao sistema, e não corresponde a um andaime para a construção do prédio (Teixeira, 1990, p. 127). Sob esse aspecto, a posição de Teixeira vai de encontro com a de Gilson.

Outro ponto interessante sobre a interpretação de Teixeira é o fato de que ele, em momento algum do seu texto, fala da possibilidade da leitura da *morale par provision* como assumindo um

sentido de moral provedora, o que é realmente curioso, já que, embora tenha traduzido o termo por *provisória*, ele mantenha-se resolutivo em admitir que a moral é permanente (ibid., pp. 127-150).

Gouhier, por seu turno, começa sua análise da *morale par provision* já intitulando-a como *morale provisoire*, e cita, inicialmente, Mesnard, que afirma que “a vida não está no mesmo plano metafísico da meditação” (Gouhier, 1973, p. 240). Nesse sentido, continua Gouhier, a função da moral é responder às necessidades da ação. A impossibilidade da irresolução exige uma tomada de decisão independente da evidência, uma vez que ainda não se tem certo o que fazer. Por conseguinte, algo deve tomar a função da evidência, e servir como parâmetro para a ação.

Na sua interpretação, Gouhier considera a primeira regra da *morale par provision* como uma espécie de substituta da evidência. Para ele, essa regra cancela a disposição natural de seguir sempre a opinião pessoal independentemente de averiguar se ela é a melhor, desse modo a solução temporária encontrada por Descartes parece ser a de atuar considerando os julgamentos dos mais sábios e afastando-se dos excessos, além de fundamentar seus julgamentos a partir da sua realidade geográfica, histórica e social.

A moral provisória, como Gouhier prefere tratar, se estabelece como a necessidade de alguém que vive e que busca alcançar a sabedoria. Desse modo, embora mais moderado, Gouhier parece acreditar que a moral do *Discurso* assume um carácter transitório, porém parece também não ter definido qual a função da *morale par provision*, se serve como elemento provedor, ou apenas provisório.

Por outro lado, há um grupo de intérpretes, sobretudo contemporâneos, do pensamento moral de Descartes, que expõem a moral do *Discurso* como uma moral rigorosa e sustentada pelo método. Para esse grupo, a *morale par provision* não é um termo que signifique uma moral provisória, temporal, mas que tem função de prover Descartes nas ações da vida com os melhores juízos possíveis.

Desse modo, a moral se coloca como um elemento muito mais seguro do que defendiam os “provisorialistas”, uma vez que o elemento fundamental da moral é justamente o de fornecer os meios necessários para a ação correta, ou, pelo menos, a melhor possível. Nesse grupo, que chamo de “provisionistas”, resalto como principais nomes Gabaude e Marshall.

O essencial que permite alocar tais comentadores num mesmo grupo é o fato de que eles sustentam a hipótese de que a *morale par provision* do *Discurso* tem um estatuto mais firme e mais sólido, do que acreditam os “provisionistas”. Ou seja, a *morale par provision* é essencialmente uma moral de provisão, que fornece, quer dizer, provedora.

Gabaude, em seu artigo Unidade Dual da Moral Cartesiana (Gabaude, 1993, pp. 5-18), chama atenção para o fato de que *par provision* significa (no século XVI) três ideias ligadas entre si. Designando: (i) uma reserva que poderia servir, mas que permanecem passíveis de ser completadas; (ii) a noção de *provisional* oferece segurança, nesse sentido o código provisional seria visto como um *continuum* à perfeição; (iii) significando também “a espera”, o homem existe no tempo e na expectativa (no sentido de que sempre espera o melhor). Uma moral definitiva suporia atemporalidade do saber. Enquanto sua situação *par provision* – implica melhorar.

Além desses três pontos, a interpretação de Gabaude chama atenção, também, para o nível autobiográfico que tem a *morale par provision*, apontando que Descartes coloca a necessidade de uma moral enquanto não foram estabelecidos uma metafísica e um corpo de ciências. Esse código não precisa, no entanto, ser descartado, podendo ele ser melhorado à medida que avança o progresso do conhecimento.

Nesse sentido, a interpretação de Gabaude pretende mostrar que há uma moral em Descartes e que ela é permanente, o que não significa dizer que é definitiva e fechada. Na verdade,

sua interpretação é de que a moral cartesiana, provedora para a ação, é aberta para mudanças, desde que o conhecimento avance e mostre melhores juízos do que os que se praticam, e a defesa da moral como um elemento provedor da ação permite que classifiquemos Gabaude como um “provisionista”. E, mais que isso, como um extremo defensor da *morale par provision* como elemento perene na obra cartesiana, uma vez que ele sustenta a hipótese de que ela permanece na obra e que tem como característica buscar sempre se elevar ao melhor possível, tal qual Descartes busca fazer com a ciência, a partir do método.

Gabaude compreende haver também, na obra cartesiana, uma pedagogia, uma epistemologia e uma metafísica, e, para além disso, ele comenta que todos esses elementos estão unidos tão indissociavelmente que mais parecem ser apenas um.

No que diz respeito à interpretação de Marshall, sua postura teórica é a de que a interpretação padrão (provisorialista) da *morale par provision* é superficial, “não fazendo completa justiça ao texto e não tendo sensibilidade à situação especial de Descartes naquele momento” (Marshall, 1998, p. 10); (lembramos que se trata do século XVII, e o poder da Igreja ainda exercia grande influência no pensamento filosófico, de modo geral).

Marshall, que tem um pensamento que se relaciona com o que estamos chamando de “provisionistas”, afirma que a primeira regra do método, que trata da evidência, é, no campo da vida prática, substituída pela sua *morale par provision*. Seu argumento para sustentar esse ponto é de que a regra da clareza e evidência (primeira regra do método) é restrita apenas ao campo da pesquisa da verdade, sendo ingênuo tentar aplicá-la à vida prática, em que não é possível ter essa clareza e evidência antes da atuação (ibid., p. 11).

Há ainda certo grupo de intérpretes que toma a questão sem declarar qualquer relevância na diferenciação dos termos *morale provisoire* e *morale par provision*, assumindo assim a postura de tratá-los como sinônimos, termos flutuantes, que não trazem qualquer problema à interpretação do texto.

Dentre esse grupo, ressaltamos o posicionamento de Rodis-Lewis que, em sua obra *La Morale de Descartes*, ora fala de uma *morale provisoire*, ora de uma *morale par provision*, sem que problematize nada acerca da escolha de um termo ou de outro, o que dá a entender que, para ela, os termos são realmente sinônimos ou, pelo menos, que o uso de um ou de outro não acarreta qualquer dificuldade de compreensão do seu sentido (Rodis-Lewis, 1957, pp. 13-27).

A nossa interpretação corrobora com o grupo que chamamos de “provisionistas”, pois consideramos que o método fornece um código moral que, conforme o desenvolvimento da ciência humana, ele mesmo deve aperfeiçoá-lo, tornando sempre o mais perto possível do perfeito, assim configurando a moral não como perfeita, o que significaria pronta e acabada, mas como perfectível, no sentido de que, embora seja permanente e derivada do método, ela pode sempre ser aperfeiçoada. Isso, porém, não implica que seja preciso substituí-la por outro mais firme, ela própria, a partir de suas máximas, tende a tornar as ações cada vez melhores.

Os “provisionistas” podem argumentar em sua defesa que parece contraditório ao próprio preceito do método de *nunca tomar nada como certo se eu não conhecesse evidentemente como tal* (A.T. VI, p. 1) e propor um código moral chamando-o de *morale par provision* dando a entender que ele tem caráter provisório. Porém, não se trata disso, na verdade o termo que designa, no século XVII, *temporalidade, de pouca duração*, é o mesmo da atualidade: *provisório*.

E não encontramos em qualquer momento do *Discurso* uma relação desse termo com a *morale par provision* de Descartes, e nem mesmo no conjunto da obra de Descartes. Quando mais tarde, nos *Princípios*, Descartes volta a falar de sua moral, ele a chama de “suficiente, que pudesse servir para reger as ações de sua vida que não permitem demora” (A.T. IX, p. 13).

No entanto, é preciso saber que o termo *par provision* depõe a nosso favor, pois, na língua francesa do século XVII, o termo tem significado semelhante ao atual, ou seja, *provision* é: *action de pourvoir, de fournir d'avance*⁸ (ação de prover, de fornecer previamente). Assim, o método tinha como objetivo para a moral o de fornecer previamente um conjunto de regras que pudessem viabilizar a ação enquanto os juízos ainda estavam suspensos sobre esse ponto. Já que a moral se situa no topo do saber humano, seria complicado para Descartes ter acreditado tirar do método uma moral definitiva ou “científica” enquanto esse ainda estava realizando suas investigações no campo da metafísica e da filosofia da natureza.

Contudo, essa incerteza não poderia privá-lo da ação, desse modo, a *morale par provision* tem a incumbência de fundamentar as ações inadiáveis da vida em sociedade.

Outro ponto que pode fortalecer a leitura da *morale par provision* do *Discurso* como algo permanente é o fato de que ela se encontra quase idêntica anos depois nas cartas à Elizabeth e na carta prefácio aos *Princípios*, agora como uma moral mais sólida. Descartes viu, com a experiência de vários anos, que sua moral, embora não completamente perfeita, pelos motivos que já expusemos, era ainda assim a melhor possível.

Desse modo não haveria necessidade de procurar substituir seus preceitos e máximas, mas apenas continuar empenhado em segui-los o melhor possível, até porque, se ele assim fizesse, poderia ver quando uma melhor razão se apresentasse a seu poder de decisão.

Conclusão

Ora, se Descartes diz que a *morale par provision* foi retirada do método, é porque ela não pode ser considerada senão como um projeto firme, caso contrário, estaria também dizendo que o método é pouco seguro e não tem a função que lhe foi atribuída, já que é dele que esse código moral é extraído. Como consequência disso, talvez fossem minadas toda a filosofia e a ciência de Descartes, já que são constituídas a partir do método.

Assumida a *morale par provision* como algo firme e retirado do método, não pode ocorrer outra interpretação do *par provision* senão no sentido de tratá-lo como significando *provedor*, em detrimento da tradução para *provisória*, tão comum entre os comentadores. Isso é de grande importância, porque, sendo a moral do *Discurso* provedora, aborta-se já a interpretação de que Descartes pretendia estabelecer um código moral provisório, que deveria, tão logo a *árvore do conhecimento* estivesse completa, substituí-lo por outra mais firme e certa.

Nossa argumentação seguiu a do grupo que classificamos como “provisionistas”, e está em desacordo com o grupo dos “provisorialistas”, pois sustentamos que a *morale par provision* está longe de assumir um caráter provisório, como interpretam alguns importantes comentadores da obra de Descartes.

Interpretando a moral como provedora - mantenedora necessária da ação - ou seja, como um conjunto de preceitos mínimos para que se possa atuar com prudência e virtude, não quer dizer que seja ela suficiente e completa, por isso rejeitamos também a opinião daqueles que a superestimam, tratando-a como perfeita e completa.

Finalmente, dizemos que a *morale par provision* não é perfeita, mas perfectível, no sentido de que ela pode sempre ser melhorada, o que em nenhum momento quer dizer que ela deve ser substituída, mas, sim, acrescentada, aditivada, talvez com mais alguns preceitos que se possam descobrir à medida que se avança no conhecimento da verdade, porém a prudência e a virtude

8 Conforme *Nouveau Dictionnaire Français-Latin*. Par Henri Goelzer (1907, p. 1485).

devem continuar sendo o alicerce dessa moral feita essencialmente para conduzir a vida.

Na verdade, essa é a principal característica da moral cartesiana: o alicerce fundamental para conduzir as ações da vida real, vivida. Por isso ele não se demorou muito em teorizar qualquer tratado moral, até mesmo o *Tratado das Paixões*, que é o estudo mais completo acerca da moralidade, Descartes pretendeu constituir-lo como um médico ou físico. Sua moral é praticada em cada decisão de sua vida como filósofo e homem de ciência.

Referências Bibliográficas

- Descartes, R. 1996a. *Œuvres de Descartes*. Publiées par Charles Adam et Paul Tannery. 11 v. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin.
- _____. 1996b. *Discurso do método*. 2. ed. Tradução de Maria Emantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. 1968. *Princípios da filosofia*. Tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Hemus Editora Ltda.
- Dreyfus-Le Foyer. 1937. «Les Conceptions médicales de Descartes». In : *Revue de Métaphysique et de Morale*.
- Gabaude, J.-M. 1993. «Unité duelle de la morale cartésienne». In : *Bulletin de la Société Américaine de Philosophie de Langue Française*, v. 5, n. 1.
- Gilson, E. 1987. *Discours de la Méthode*. Paris: Vrin.
- Goelzer, H. 1907. *Nouveau Dictionnaire Français-Latin*. Composé d'après les travaux les plus récentes de la lexicographie précédé d'un tableau de la conjugaison latine. Contenant la traduction de tous les termes employés dans la Langue depuis le XVII^e siècle jusqu'à nos jours et rédigé spécialement à l'usage des Classes et des Étudiants en Lettres. Paris: Ed. Garnier Frères.
- Gouhier, H. 1973. *Essays sur le "Discours de la Méthode", la Métaphysique et la Morale*. Paris: Vrin.
- Guenancia, P. 2002. *Descartes*. Paris: Gallimard.
- Guérout, M. 1968. *Descartes Selon l'Ordre des Raisons*. 2v. Paris: Aubier.
- Marshall, J. 1998. *Descartes's Moral Theory*. Ithaca and London: Cornell University Press.
- Rodis-Lewis, G. 1957. *La Morale de Descartes*. Quadrige: PUF.
- Teixeira, L. 1990. *Ensaio Sobre a Moral de Descartes*. São Paulo: Brasiliense.

Revista digital: www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/modernoscontemporaneos



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.